Atlas Almirante Reis

Prefácio

«[...] dizia Ray Bradbury (em *A Cidade Fantástica*) que muitas comunidades aparentemente banais podem ser, afinal, caleidoscópios fascinantes de destinos humanos.»

(JOÃO SEIXAS e ANTÓNIO B. GUTERRES, *O pulsar político de um eixo dorsal*, apud *Atlas Almirante Reis*)

«[...] nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve, e contudo entre eles há relação.»

(ITALO CALVINO, cit. por Marluci Menezes, *Os mundos de uma avenida em Lisboa: todos parte do mesmo retrato*, apud *Atlas Almirante Reis*)

Atlas Almirante Reis é um livro singular cuja originalidade e qualidade definem o que, desde já, considero um modelo a seguir para estudar/divulgar Lisboa, através de enfoque preciso sobre uma parcela do seu território. Na Introdução, a equipa dos coordenadores enuncia, com clareza, as componentes que definem a «originalidade» e a «qualidade» com que adjetivo esta obra: por um lado, a pluridisciplinaridade dos estudos que cruzam, com excelente dinamismo, contributos oriundos da história, particularmente da história da arte (onde englobo a história do urbanismo e da arquitetura), da sociologia, da geografia, da antropologia e da arquitetura. Os autores são ou investigadores de obra feita que juntam o trabalho académico e a intervenção, de diversas maneiras, na gestão concreta da cidade, ou jovens investigadores, comprometidos com diversas linhas de pesquisa, integradas em projetos de médio ou longo prazo. Por outro lado, há que destacar a qualidade conceptual da abordagem do objeto de estudo, definido, com rigor e sentido poético, entre «Linha de água: ampliar» e «Linha de festo: articular», assim juntando, com notável parcimónia, geografia, história, vivências (abordadas também no álbum fotográfico extremamente criterioso) e desejos propositivos, estes vindos sobretudo do exercício do projeto por parte dos professores e estudantes de arquitetura envolvidos.

O ineditismo de algumas fontes, a fluidez da escrita, o empenho que se pressente em todos os artigos, manifestam idêntica qualidade. Destaco ainda a intensidade plástica das fotografias de Paulo Catrica, que celebram o território à Almirante Reis com um efeito de distanciação que diria brechtiano: comungando na celebração daquele sítio múltiplo, mas abrindo, em cada um dos leitores, uma incerteza que impede conclusões simplistas ou o enunciado de finais felizes.

No entanto, apesar do entusiasmo com que li, de fio a pavio, este grosso volume, só o posso abordar do ponto de vista da história de Lisboa, que tenho vindo a estudar desde a década de 1980, quando realizei a minha dissertação de mestrado sobre a «Lisboa das Avenidas Novas», sendo que «essas avenidas» designavam o conjunto da extensão da cidade desde a Avenida da Liberdade até ao Campo Grande. Nesse estudo, a Avenida Almirante Reis, com os seus primeiros bairros envolventes, era pouco mais que uma referência. Deste ponto de vista, segui o que José-Augusto França tinha já feito: aquela extensão oriental era como que um «projeto número dois», muito

prolongado no tempo e sem a energia do modelo haussmanniano que Frederico Ressano Garcia e a sua equipa tinham em mente, quando, a partir de 1874, concentraram, na renovada Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, todos os projetos de ampliação da cidade, antes partilhados com o Ministério das Obras Públicas. No entanto, devo dizer que, desde sempre, a questão da Almirante Reis me atraiu, talvez motivada por alguns maravilhosos textos, de olisipógrafos ou de escritores da craveira de Rodrigues Miguéis ou Cardoso Pires, que, como não podia deixar de ser, são muito bem citados em alguns dos artigos deste livro.

Assim, limitar-me-ei a sintetizar as razões que, do ponto de vista da história oitocentista de Lisboa, constituem a particularidade da Almirante Reis. Em primeiro lugar, a sua extensão, única em Lisboa, gerando um eixo direcional com peculiar imaginabilidade (como diria Kevin Lynch) que, num alinhamento quase sem hesitações, conduz da Baixa às «portas da cidade», segundo a bela expressão que ainda se usava início do século XX. De imediato, esse é um claro contraste com as linhas quebradas do eixo central, da Rotunda do Marquês ao Campo Grande, que torna o conjunto da Avenida da República, paralelas e incidentes, uma espécie de corpo exógeno que demorou muito tempo a colar à cidade antiga.

Em segundo lugar, como aparece valorizado em vários textos, esse eixo direcional, e de grande extensão para a dimensão de Lisboa, está carregado de história que, na sua origem mais próxima, entronca na Rua da Palma. A extraordinária antiguidade desta artéria (que recua ao século XVI) e o modo como a nova avenida se sobrepõe, sem destruição integral, à velha Rua dos Anjos, enraizam-na no território medieval de Lisboa, distanciando-a da secura e abstração do urbanismo pragmático e higienista que orienta o crescimento moderno das cidades europeias. Esta particularidade é reforçada pela relativa estreiteza do traçado, que também não cumpre as expectativas do modelo, mantendo-a com uma memória ativa de estrada de articulação com os subúrbios a norte.

Dois outros aspetos definem a originalidade da Avenida Almirante Reis: o faseamento da execução, que surge elencado num brilhante artigo, com cronologia ampliada de 1890 à década de 1940, atravessando contextos políticos, normas urbanísticas e estilísticas arquitetónicas substancialmente diferentes. Essa longa duração, atravessada pela história, foi acolhendo estratos da população urbana bastantes distintos que, sem grande convívio entre si, não deixavam de se encontrar e cruzar no corpo circulante daquela artéria vital.

Finalmente, o processo de delineamento e construção dos primeiros bairros. Ao contrário do que aconteceu nas Avenidas a norte da Rotunda, em que a venda dos lotes foi centralizada na Câmara Municipal (com a expectativa, progressivamente gorada, de rentabilizar o pesado investimento), mas também nos novos bairros de Campo de Ourique e da Estefânia, à Almirante Reis, a iniciativa de urbanização foi, nas primeiras fases, integralmente privada, em alguns casos chegando a anteceder a efetiva abertura dos seus primeiros troços. Houve, na cidade, outras urbanizações privadas, de que os bairros Barata Salgueiro e Camões são paradigmáticos, mas nada que se assemelhe ao dinamismo e eficácia do lugar em análise. Naquela década depois do *Ultimatum*, quando o Partido Republicano ia alargando a sua base de apoio social, é evidente que a efervescência e ilusão da mudança estimulam e promovem novos investidores, de escala relativamente modesta, embora este seja um tema que continua a carecer de investigação específica. É possível que, deste ponto de vista, possamos considerar, como bem captou José Rodrigues Miguéis, a Almirante Reis como uma das sedes da Lisboa republicana, promovida por uma pequena burguesia ligada aos serviços, ao comércio e alguma indústria, e que compreendeu a possibilidade de lucro relativamente fácil no setor da construção e venda de casas, quase exclusivamente plurifamiliares. Sendo verdade que um dos primeiros prédios de eficaz retórica fachadista, projetado pelo

arquiteto Adães Bermudes, foi Prémio Valmor em 1908, nessa década e na seguinte, não volta a haver nenhum outro caso, ao contrário do que acontece nas Avenidas Novas centrais, onde Miguel Ventura Terra, Norte Júnior, Raul Lino, Álvaro Machado ou Miguel Nogueira assinam projetos qualificados de prédios, mas sobretudo de casas unifamiliares, algumas das quais intencionais palacetes. Em contraste, à Almirante Reis domina largamente, até ao final da Primeira República, a autoria anónima, numa linha de continuidade em relação às propostas do meio do século XIX, como é bem estudado em vários artigos deste livro.

Mas, como é por demais evidente, não é só de história que vive o *Atlas*. O traço mais peculiar da sua qualidade é ter sido realizado a partir de um tempo presente, particularmente estimulante. A fixação neste território de comunidades emigrantes, oriundas de fortíssimas culturas não europeias, tornou a Almirante Reis um dos sítios mais interessantes e surpreendentes de Lisboa. Essas comunidades habitam de facto os bairros da velha Avenida primo-oitocentista que se cose, sem iludir deficiências muito antigas, com as franjas da Mouraria e os limites modestos e traseiros da Baixa. Habitam, abrem comércio, escolas, igrejas, associações, tornando-se, para os órgãos de governo municipal, um repto inesperado para investimentos culturais.

Por outro lado, nos bairros à Almirante Reis «intermédia», há também uma invejável taxa de residência efetiva, muitas vezes de recém-chegados, atraídos por preços que, até recentemente, eram dos mais aceitáveis de Lisboa, quer para compra, quer para arrendamento.

Chegaram também os turistas circulantes que, se geram alguns problemas com esses corpos estáveis, estimulam maior investimento em diversos campos que não apenas a restauração, e, em bons casos, cimentam elos com as comunidades residentes a sul ou mais a norte.

É este dinamismo demográfico residente, estimulando o pequeno comércio, que diversos autores do *Atlas* consideram promissor numa direção de transformação positiva. Daí a importância dos enfoques da sociologia, da geografia humana e da antropologia que os jovens estudantes de arquitetura transmutam em propósitos de requalificação. Não tenho qualquer dúvida de que a originalidade e qualidade do projeto justificam este otimismo, provando que as periferias são quase sempre, na história e na vida, lugares de questionação e de reelaboração, propícios ao desejo utópico do futuro.

Raquel Henriques da Silva
Carcavelos, 8 de abril de 2020

Introdução

O livro *Atlas Almirante Reis* é o produto de um projeto de investigação multidisciplinar, que resultou de uma parceria entre o Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa (CEACT/UAL), o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.Nova) e o Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, com o apoio da entidade instituidora da UAL, sem os quais este livro não se seria concretizado.

Iniciado em 2016, teve como objetivo principal recensear os diversos aspetos urbanos e urbanísticos da Avenida Almirante Reis, uma das mais extensas avenidas de Lisboa e uma das principais artérias de ligação entre a cidade da segunda metade do século XX e a Baixa de Lisboa. Uma via com características singulares, já que numa única linha de expansão são visíveis as várias épocas do crescimento urbano da capital.

No entanto, ao contrário de outras áreas urbanas, a Almirante Reis nunca tinha sido estudada em toda a sua extensão e densidade. A intenção foi mapear a avenida sem perder a ligação ao contexto da cidade como um todo. Da reflexão sobre a sua diversidade apurámos o título, simples e englobador: *atlas*, o que queremos dar a ver, o que foi mapeado, e o topónimo *Almirante Reis*, que tanto pode referir-se à avenida como às suas zonas envolventes ou ao que está mais ambiguamente nos interstícios.

Em outubro de 2016, a conferência *Atlas/Cidade*, realizada no Mercado de Arroios com o apoio da Junta de Freguesia, permitiu a apresentação do projeto e a reunião de investigadores, de algum modo alicerçando a obra que se apresenta aqui. Em simultâneo, a Avenida Almirante Reis foi o território sobre o qual trabalharam os alunos do 5.º ano do curso de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa, sob coordenação de Inês Lobo e Júlia Varela, tendo o tema do espaço público como linha de análise fundamental. Os quatro mapas que se apresentam resultam de dois anos de trabalho (2016-2018) desenvolvido pelos alunos, no âmbito das suas dissertações e da investigação do projeto. Foi feita uma reflexão sobre as possibilidades de intervenção no espaço público da Almirante Reis, num sistema de trabalho dinâmico de que resultaram hipóteses de transformação e de leitura deste lugar.

Deste modo, os mapas balizam as quatro secções do livro, a que correspondem grupos de capítulos, cada um deles com conteúdos autónomos, mas com ligações entre si, potenciando leituras cruzadas.

Inicia-se a apresentação da avenida com a secção «Limite: identificação de um território». O território da Almirante Reis, tal como é aqui definido, apresenta uma assimetria pronunciada relativamente ao eixo da avenida. A poente, o limite coincide com os espaços que esta define no encontro com a antiga Estrada de Sacavém e a linha de água, no vale. A nascente, o território abarca uma sequência de unidades-bairro, até ao encontro com a estrada situada à cota alta, ao longo da linha de festo. Linha de água e linha de festo são os limites estabelecidos, ao mesmo tempo que servem de suporte à construção de duas estratégias para a leitura e intervenção neste lugar, sintetizadas nos dois mapas que abrem as secções seguintes: «Linha de água: ampliar» e «Linha de festo: articular».

Acompanha este primeiro mapa um capítulo de síntese escrito a várias mãos, único onde aparece a referência ao nome: «Almirante Reis: (como construir) uma avenida em seis etapas», que pretende fornecer a sequência organizada das diferentes fases de abertura da avenida, desde a porta de saída da muralha medieval até ao remate da Praça do Areeiro.

Segue-se a secção «Linha de água: ampliar». O território da linha de água estende-se pelo vale, ao longo da antiga Ribeira de Arroios. Fruto de tempos e lógicas de desenho diferentes, este é um sistema urbano pouco claro e hoje algo degradado, onde persistem espaços ambíguos associados à memória da presença do elemento água, e que, no seu conjunto, apresentam grande potencial na requalificação urbana da própria avenida. Trabalhou-se a hipótese de implementar no vale uma sequência de praças e equipamentos que, em contraponto a um eixo viário sobrecarregado pelo trânsito automóvel, se possa constituir como um lugar para a ampliação do espaço público da Avenida Almirante Reis. Uma sequência que sirva os bairros, nas encostas, e que sirva de suporte à implementação de programas a outra escala, capazes de reforçar o papel deste grande eixo viário na cidade.

Complementarmente à leitura do desenho, apresenta-se um conjunto de capítulos onde se aprofundam os tempos e a sua resultante material, reunindo a investigação de âmbito urbanístico e arquitetónico, amarrando-os cronologicamente com dados novos ou em estudo, fruto de investigações académicas.

No capítulo «Da Rua da Palma à Estrada da Circunvalação: a abertura da Avenida dos Anjos (1877-1915)», de Hélia Silva e Rita Mégre, mostra-se a força das preexistências, como os dois conventos e várias igrejas, e os tempos complexos da abertura e construção da via. Segue-se «Habitar à Almirante Reis: os Bairros Andrade e dos Castelinhos», onde Tiago Borges Lourenço investiga a génese e o desenvolvimento dos processos de urbanização levados a cabo pela iniciativa privada em finais do século XIX. Já a diversidade da tipologia arquitetónica permite alargar a cronologia, estudando «Cinquenta anos de prédios de rendimento» (João Appleton, João Vieira Caldas). A avenida ganhou corpo, habitação, mescla de público e privado na linha de água, aspeto abordado no capítulo «Três encomendas de arte pública comemorativa no Estado Novo» (Helena Elias, Sérgio Vicente), onde se reflete sobre o significado da arte pública, também como ornamento urbano, quase epidérmico.

Como contraponto e resultado da ampliação da linha de água, a estratégia designada como «Linha de Festo» propõe uma reflexão sobre modos de incrementar as possibilidades de ligações transversais no interior deste território, entre o vale e o cimo das encostas. A poente, as ligações à cota alta são diretamente decorrentes das propostas para a ampliação do espaço público no vale. A nascente, a extensão abrangida obriga a encontrar estratégias que permitam ligar dois sistemas viários consolidados que, à cota alta e à cota baixa, fazem o cintamento dos bairros: entre a Avenida Almirante Reis, no vale, e a sequência de vias existentes ao longo da linha de festo. Ambos os sistemas desempenham um papel estruturante neste território, enquanto suporte de funções de serviço e comércio, indispensáveis à vida nos bairros, vocação essa que importa consolidar e reforçar. Assim, esta segunda proposta de intervenção trata sobretudo do estabelecimento de ligações da avenida com as áreas situadas nos seus limites, através da criação de espaços públicos capazes de cruzar os bairros situados nas encostas e de estabelecer ligações à cota alta.

Esta secção introduz o estudo global sobre as «Divisões socioespaciais, coexistências e (in)visibilidades urbanas» (João Pedro Nunes, Luís V. Baptista) da avenida, aqui abordada como um espaço socioterritorial de fronteira entre mundos e mundividências. Esta introdução às componentes socioespaciais é seguida pela apresentação de um dos aspetos mais marcantes da Almirante Reis, a atividade comercial, que é explorada por

Gonçalo Antunes e Nuno Pires Soares em «Atividade comercial: quantificar e mapear». Segue-se uma outra abordagem à geografia urbana desta via, em «Habitar: população e edifícios», de Teresa Santos e Nuno Pires Soares. Estes capítulos oferecem uma visão sobre o tecido social da avenida e a sua expressão enquanto espaço onde coexistem lógicas e realidades que se justapõem e interpenetram. É nesta sequência que surge o capítulo «Novos regulamentos para velhos hábitos: criadas e porteiras em meados do século xx», de Filipa Ramalhete, Maria Assunção Gato e Raquel Vicente, que mantém uma linha de análise do geral para o particular, através do estudo de uma realidade espaço-temporal delimitada, que contribui para conhecer aspetos singulares no contexto da história e da vivência da cidade, no que diz respeito ao seu quotidiano e domesticidade. Por fim, esta secção apresenta um ensaio visual, «Coletivos de criação e partilha artística», dedicado ao tema do associativismo e das coletividades, da autoria de Ágata Sequeira e Pedro Frade, onde se observa a transição entre espaços tradicionais e contemporâneos.

O ponto de chegada deste trabalho é o mapa «Cartografia: cidade e projeto», que define um limite para este território no quadro de uma visão crítica que aponta linhas de leitura (do ponto de vista da história, da morfologia urbana e da topografia), mas também reflete intenções e propõe estratégias de intervenção, a partir de uma reflexão sobre o espaço público. Longe de ser uma representação objetiva da realidade da Avenida Almirante Reis nas primeiras décadas do século XXI, confirma o carácter eminentemente parcial e subjetivo de qualquer mapa enquanto construção cultural, adstrito a contextos e intenções. Simultaneamente produto de processos de análise e de síntese, os mapas são documentos condicionados, desde logo pelas limitações técnicas, bem como pelo esforço de conceptualização e abstração que qualquer representação e redução da realidade a uma imagem implica.

Os últimos dois textos são «O pulsar político de um eixo dorsal», de João Seixas e António Brito Guterres, onde se retoma uma escala mais abrangente, centrada na análise da vitalidade urbana e da governança da avenida no contexto da cidade; e «Mundos da avenida: todos num só retrato de diversidade?», de Marluci Menezes, que posiciona a abordagem na relação entre o local e o global, tendo como ponto de partida as questões da interculturalidade e da gentrificação.

Cremos que o resultado, entre todos os elementos textuais e visuais, cartográficos e fotográficos, que inclui o contributo do fotógrafo Paulo Catrica, reflete o trabalho conjunto de edição e análise, indo mais longe do que a mera soma das partes. Esse aspeto é expresso num recentramento metodológico do projeto como forma de conhecimento, onde o desenho suporta o carácter exploratório da atividade projetual, na sua capacidade de produzir imagens que permitam testar hipóteses, ensaiar novos modos de discussão. De facto, a atividade projetual introduz uma perspetiva de transformação, que ultrapassa a leitura da realidade presente e do seu passado, apontando para a conceção de cenários futuros.

Neste sentido, o *Atlas Almirante Reis* pretende ir além da visão disciplinar de cada contributo. Optou-se, deliberadamente, por apresentar contributos diversificados — opção que não é indiferente à (apenas aparente) desconexão da avenida, aliás bem representada pela capa desta obra. Não se pretendeu abarcar todos os temas possíveis, nem mesmo esgotar cada um deles. Pretendeu-se, sobretudo, apresentar um primeiro contributo para uma reflexão sobre a Almirante Reis, que esperamos inovador na sua intenção de abrir novas possibilidades de leitura para a cidade da Lisboa.

Filipa Ramalhete
Margarida Tavares da Conceição
Inês Lobo
Júlia Varela